

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA CONFORME PAUTA ORGANIZADA NO DIA 22/04/2026, às 9h**

Ata da sexta (6ª) Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, da Câmara Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista. Realizada aos vinte e dois (22) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 9h, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, estiveram presentes os membros da Comissão, Vereadores **DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO** - Presidente da Comissão, **OTACILIO ALVES DE AMORIM NETO** - Vice-Presidente e **DANIEL RODRIGUES FAUSTINO** - Secretário, para deliberação da seguinte pauta: **1-) PROJETO DE LEI Nº 009/2026** e **2-) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2026**, ambos de autoria do sr. Prefeito Municipal. Registre-se que, após o recebimento dos Projetos supracitados para análise e parecer, dentro do prazo regimental, o Presidente da Comissão nomeou o Vereador Otacilio Alves de Amorim Neto como relator do Projeto de Lei nº 009/2026 e nomeou o Vereador Daniel Rodrigues Faustino como relator do Projeto de Lei Complementar nº 008/2026. Ato contínuo, o Senhor Presidente deu início a reunião, solicitando a apreciação da pauta de convocação, para elaboração dos respectivos Pareceres, como segue: **1-) PROJETO DE LEI Nº 009/2026**, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que *“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial de R\$ 305.651,03, ao Orçamento Programa 2026, destinados às Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, para atendimento de atividades e pagamentos de despesas relacionadas, conforme específica.”* Regime de Tramitação: Ordinário. Prazo da CCJR: início em 15/04/2026. **Parecer Favorável** do Procurador Jurídico da Casa. Discutidos todos os aspectos pertinentes a sua competência, a Comissão acatou as razões do Relator, decidindo emitir Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 009/2026; **2-) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2026**, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que *“Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 248, de 15 de outubro de 2019, que autoriza o Município a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, visando conjugar esforços para implantação do programa denominado Atividade Delegada, e cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que específica.”* Regime de Tramitação: Ordinário. Prazo da CCJR: início em 16/04/2026. **Parecer Favorável** do Procurador Jurídico da Casa. Discutidos todos os aspectos pertinentes a sua competência, a Comissão acatou as razões do Relator, decidindo emitir Parecer Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 008/2026. Os Relatórios apresentados à Comissão pelos Relatores integrarão os Pareceres da Comissão, que será devidamente formalizado para assinatura dos seus membros e posterior protocolização. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 9h46. Eu, Vereador, Daniel Rodrigues Faustino, Secretário da Comissão, redigi a presente Ata, em conformidade com os arts. 87 e 93 do Regimento Interno, a qual vai assinada pelos demais membros da Comissão.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO

Presidente

OTACILIO ALVES DE AMORIM NETO

Vice-Presidente

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO

Secretário